

Os Pedestres do século XVIII: Um protótipo de forças especiais?

Adler Homero Fonseca de Castro^a

Resumo: Concebidos para operações em áreas extremamente inóspitas para a época, os *Pedestres* foram criados, inicialmente em Goiás (1739) e Mato Grosso (1749), e viriam a ter um grande desenvolvimento no final do Período Colonial, havendo companhias deles em Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão e Pará. Com a reforma de 1824, foram mantidas unidades de Pedestres, que passaram a ser classificadas como “fora da linha”, sendo consideradas mais aptas a operações policiais. Servindo-se da história Comparada, na qual é feito um paralelo entre os *Pedestres* brasileiros e os *Rangers* norte-americanos, o presente artigo analisa a constituição e a atuação dessa tropa ligeira brasileira, que pode ser considerada como um protótipo de forças especiais.

Palavras-chave: Forças especiais, tropas ligeiras, tropas coloniais.

A ARTE DA GUERRA NO PERÍODO LINEAR – O SOLDADO AUTÔMATO.

A guerra na Idade Moderna (1452-1789), de forma muito geral, era altamente ritualizada e rigidamente estruturada – no século XV, a difusão do uso dos piques, as

longas lanças com até cinco metros de comprimento, possibilitou que a infantaria armada com eles pudesse resistir a um ataque de cavalaria, mesmo em encontros em campo aberto. Mas isso só acontecia se a infantaria mantivesse sua coesão e, com esta, a parede virtual criada pelas pontas dos piques – de outra forma, o infante continuava muito

^a Historiador. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



vulnerável a um ataque de homens montados cavalo.

Mais tarde, com o crescente aumento do uso de armas de fogo, a necessidade de que as tropas mantivessem formações rígidas não mudou: por um lado, uma linha contínua de baionetas ainda era necessária para a defesa contra uma carga de cavalaria. Por outro, as armas usadas então, com um alcance eficaz muito curto e pequena precisão tornavam o fogo individual totalmente ineficaz: as armas sequer tinham aparelhos de pontaria, pois este seria inútil. Era necessário o emprego em massa de soldados, disparando suas armas em conjunto, em voleio, de forma a se ter um efeito maior sobre um inimigo e mesmo o combate de choque era feito em formações rígidas, lineares, em passo cadenciado. Essa forma de lutar foi incorporada na linguagem especializada, pois quando falamos de “exército de linha”, referindo-nos às tropas regulares, pois estas eram aquelas capazes de combater “em linha”, os irregulares não podendo o fazer.

Uma das consequências desse processo de combate era a crença que o soldado não precisava ser treinado para tarefas complexas ou para ter iniciativa, pelo contrário. Bastava que soubesse marchar em cadência, com um passo de tamanho e ritmo fixos: um livro português recomendava o avanço a “passo grave”, de 66 cm de comprimento a 60 passos por minuto, em caso necessário se podendo usar o “passo acelerado”, de 120 por minuto.¹ O único outro conhecimento que se considerava indispensável era decorar os 22 movimentos necessários para carregar sua arma, de forma a fazê-lo sem pensar, como um robô. De fato, os tempos e movimentos necessários para o municionamento se tornavam tão automatizados que um soldado podia a continuar a executá-los impensadamente, mesmo quando havia um problema: depois da batalha de Gettysburg, nos Estados Unidos, foram recuperados 37.000 fuzis no campo de batalha. Destes, 24.000 ainda estavam carregados, dos quais nada menos do que 18.000 – dois terços do total –



tinham mais de um cartucho no cano, uma delas com nada menos do que 23 deles!²

Uma coisa que se esperava do combatente nessas condições era uma coragem que hoje consideraríamos insana: ele precisava ficar de pé, impassível, vendo seus camaradas na linha tombarem mortos ou feridos durante o combate de tiro. Isso podia gerar situações que hoje consideraríamos inacreditáveis, como na batalha de Fontenoy (1745), sobre a qual Voltaire descreve um determinado momento. Neste, a linha francesa avançava contra os ingleses e, chegando a 50 passos (30 metros), um capitão dos guardas ingleses avançou e tirando seu chapéu para os oficiais franceses, exclamou: “cavaleiros dos guardas franceses, atirem!”. Ao que o conde d’Antroche, dos granadeiros franceses, depois de cumprimentar os ingleses, respondeu: “cavaleiros, nós jamais atiramos primeiro, atirem vocês”.³

A troca das palavras acima não era uma simples cortesia insana:

como escreveu um autor português do período, a “infantaria, que primeiro faz a sua descarga, seguramente é batida; por cuja causa deve procurar o comandante de um corpo, que este faça o seu fogo posterior ao do inimigo”.⁴ Isso por que a primeira descarga, feita com as armas carregadas com calma, era a mais certa e, se os fuzis de então eram muito imprecisos a distâncias maiores, eram muito mortíferos a curto alcance, podendo causar baixas de 40 a 50% em uma só salva. Era necessário avançar para o mais próximo o possível do inimigo para iniciar o tiroteio, o que colocava suas próprias forças à mercê de um adversário que disparasse antes, exigindo um imenso sangue frio das tropas.

Nesse tipo de tática, a iniciativa individual era reprimida: não só era desnecessária, como podia ser perigosa, caso os homens saíssem de formação, desagregando a linha. Também havia o temor que as praças, deixadas sem supervisão muito aproximada de oficial ou graduado, fugiriam: a taxa de



deserção dos exércitos compostos por homens recrutados à força era muito alta, podendo até inviabilizar uma campanha. O problema era tão grave que Frederico da Prússia dedicou o primeiro artigo das *instruções a seus generais* à quatorze medidas contra deserção, recomendando que não se fizessem acampamentos perto de florestas; que se fizessem chamadas diárias; que se mandassem patrulhas de cavalaria para policiar os campos ao redor do acampamento para capturar fugitivos; que não se permitisse que os homens andassem sozinhos, sem a supervisão de um oficial; que se evitassem marchas noturnas e assim por diante.⁵

Isso não era uma questão restrita aos prussianos: na guerra dos Sete Anos (1756-1763), o exército francês perdeu dez mil soldados por deserção, a cada ano.⁶ No caso do exército norte-americano, a taxa de deserção média entre 1820 e 1860 foi de 14,8% anuais.⁷ Uma situação ao que acontecia no Exército Brasileiro do mesmo período, como se pode ver nos Relatórios do Ministério de

Guerra: por exemplo, em 1858 desertaram 1.460 homens, de uma força autorizada de 16.000, ou seja, 9,1% do efetivo, em ambos os casos as taxas de deserção se referindo a um período de paz, ou seja, sem um maior incentivo à fuga das fileiras.⁸

AS TROPAS LIGEIRAS

As rígidas táticas lineares e a dura disciplina resultantes desse tipo de mentalidade eram adequadas aos campos de batalha europeus, mas em situações diversas o sistema muitas vezes apresentava problemas. Por exemplo, onde não havia a presença de uma cavalaria numerosa, o que tinha sido uma das razões da adoção das formações lineares, a coesão das tropas não era indispensável. Por outro lado, as longas linhas de infantaria nem sempre eram possíveis de serem desdobradas, como em terrenos montanhosos ou florestas. Na Europa, onde os exércitos cresceram de forma rápida e constante, isso não era visto como



um problema, os embates ocorriam quase que por acordo mútuo, em áreas servidas por estradas e com campos de cultivo, nos quais a infantaria podia se desenvolver e onde a cavalaria tinha condições de agir de acordo com suas funções.

Essa situação ideal raramente era possível em áreas periféricas, em que o número de soldados envolvidos era muito mais reduzido e onde o terreno era mais agreste. Em termos sociais, nessas áreas também havia habitantes pobres, mas em situações diversas dos camponeses e servos do centro europeu. Em diversos casos, a cultura local era uma de caçadores, pescadores, pastores ou criadores de gado, menos sujeitos ao controle de uma elite agrária. Esses moradores de regiões afastadas dos centros econômicos, muitas vezes formavam forças auxiliares, mas não como parte das unidades regulares, de linha. Isso por o serviço nos exércitos, em quase todos os países, era visto como um castigo, a ser evitado. A ideia desses auxiliares era apoiar as tropas em operações, mas não em tempos de

paz, com seus conhecimentos regionais específicos. Por isso mesmo não eram muito bem vistas pela maior parte dos generais – eles não eram capazes de fazer o combate regular do período, não eram forças “de linha” por não terem condições de combater nessas formações.

Esses grupos de habitantes locais eram muito úteis em ações ditas “irregulares”, como no reconhecimento, escaramuças, ações de inquietação, movimentos de cobertura de forças regulares e deslocamentos rápidos em terrenos ruins, como ainda é o caso de uma força de guerrilheiros atual. Isso porque, servindo quase sempre de forma voluntária, não havia um risco de deserção tão alto nessas tropas e podiam ser empregadas fora de estruturas rígidas e sem supervisão direta de superiores. Deve-se dizer que os oficiais do período não gostavam de comandar esse tipo de unidades, por causa de seu prestígio, muito menor do que os dos regimentos tradicionais. Esse fato se tornava um incentivo adicional para a iniciativa



individual, pois era mais fácil a promoção por mérito dentro dessas tropas, não havendo a mesma competição com a nobreza, que monopolizava os postos das tropas de linha.

Como colocado acima, as condições mais propícias para o surgimento dessas novas formações apareceram em áreas periféricas, em relação ao centro europeu: nas montanhas dos Bálcãs ou nas planícies da Polônia e da Hungria. Nestes locais, em meados do século XVIII, começaram a ser criadas formações de infantaria e cavalaria que operavam dessa forma. Os casos mais famosos foram os dos *Grenzers*, a infantaria croata e húngara que guardava a fronteira com o Império Otomano e a cavalaria ligeira, fosse de cossacos russos, dos ulhanos da Polônia ou de hussardos húngaros.

A cavalaria ligeira do Oriente Europeu teve uma imensa influência em todo o mundo ocidental, por sua eficiência nas funções de reconhecimento, patrulhas, forrageamento, a procura de alimentos para as forças em

operações, e ações de inquietação. Foram um dos modelos da cavalaria moderna, apesar de não serem considerados como adequados para o combate de choque, a cavalaria tradicional na época sendo mais apropriada para essa função. Sua influência não foi só em termos de suas funções, que foram copiadas em todos os outros exércitos: seus coloridos trajes típicos e símbolos foram adotados em quase todos os países europeus, havendo regimentos de hussardos em outros países. No caso do Brasil isso é visível ainda hoje: a bandeirola usada nas lanças dos regimentos de cavalaria de guarda, com listras vermelhas e brancas, representa as cores nacionais da Polônia, em homenagem à cavalaria ligeira daquele país, que alcançou grande fama ao compor parte dos exércitos de Napoleão.

Além da cavalaria, a infantaria ligeira conseguiu alguns sucessos notáveis no século XVIII na Europa, chegando a decidir uma campanha, quando *grenzers* austríacos emboscaram e destruíram um comboio de três mil



carroções de Frederico da Prússia em Skalitz obrigando-o a interromper suas operações na Silésia, em 1758. Por causa dessas ações, o rei prussiano tinha um grande respeito pelas tropas ligeiras dos austríacos, chegando a dizer a um de seus generais que ele deveria

estar mais atento contra eles do que contra quaisquer outras tropas e que esperava que não acreditasse que ele tinha um desprezo contra eles que tinha expressado; mas não tinha encontrado outra forma de inspirar confiança em suas tropas que não os tratando [os *grenzers*] como uma canalha, ou mais baixos dos soldados; que era impossível para eles [os prussianos] oporem qualquer coisa igual daquele tipo e ele não gostaria de sacrificar sua infantaria regular naquele tipo de guerra.⁹

OS RANGERS

Uma das regiões periféricas que foi de fundamental importância no desenvolvimento das tropas ligeiras foi a da América do Norte. Lá as florestas, as grandes

distâncias e a escassez de tropas regulares não contribuía para a difusão das táticas lineares. Além disso, o inimigo mais provável a ser encontrado na região eram os indígenas, que não podiam ser combatidos usando-se as técnicas tradicionais, por serem forças irregulares. Assim, ambos os lados que disputavam a região, franceses e ingleses, empregaram colonos e aliados indígenas, mais acostumados a se mover no terreno repleto de árvores e riachos, mas sem estradas ou postos onde pudessem se abastecer de alimentos.

Como resposta à ameaça indígena, ingleses e franceses criaram unidades especializadas de infantaria ligeira, ou leve, como se diria na terminologia atual. Os franceses, com base nessa experiência das Américas, levantaram na Europa unidades de infantaria ligeira a partir de 1743, essas passando a ter uma grande difusão e elas seriam mesmo a base de um novo tipo de exército, que se consolidou a partir da Revolução Francesa (1789).



Os ingleses, baseados na sua experiência na América do século XVIII, distribuíram para suas forças leves armas raiadas, de precisão, capazes de acertar um alvo até trezentos metros, para melhor aproveitar a forma preferencial de combate dessas unidades, dispersas no campo de batalha, os soldados sendo colocados em formações de “atiradores”, como se dizia na época. As armas raiadas tinham a vantagem adicional de poderem ser usadas na caça, para a obtenção de alimento. Nesse

caso, ainda eram unidades muito especializadas, pois usavam uma arma específica, o *rifle*, palavra em inglês que significa arma raiada, que necessitava de um treinamento especial. Mas, da mesma forma, que as unidades de infantaria ligeira francesas, as tropas desse tipo levantadas pelos ingleses tiveram um papel muito importante,

primeiro, por mostrar a importância que as armas de precisão podiam ter nos campos de batalha, mas também por causa do desenvolvimento de todo um conjunto de técnicas, específicas para o combate em florestas.

Essas táticas surgiram na América do Norte por causa da situação específica de lá, onde já havia unidades mistas, de nativos e colonos, desde o século XVII, estas operando como infantaria ligeira – certamente não tinham condições de fazê-lo em linha.



Robert Roger, criador dos *Rangers*

Contudo, um pouco antes da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), tinha surgido a necessidade de novas tropas capazes de operar nas matas, especialmente contra os aliados indígenas dos franceses. Isso era vital: a campanha na região começou já em 1755, com a derrota de uma coluna de soldados regulares e milicianos ingleses, que



sofreram diversas emboscadas em seu avanço contra os franceses, sendo obrigadas a se retirarem, com a perda de 2/3 de seu efetivo. Como uma maneira de combater as forças irregulares francesas, foram criadas companhias de infantaria miliciana colonial, chamada de *Rangers*, pois se moviam (*ranged*) em patrulhas entre um posto e outro da fronteira.¹⁰

Essas companhias – chegou a haver quatorze delas – foram usadas para reconhecimentos de longa distância nas florestas e emboscadas, usando um uniforme verde, ao invés das tradicionais casacas vermelhas das tropas britânicas, para melhor se ocultarem no campo, uma primitiva forma de camuflagem. Nesta função, tinham que saber manejar canoas, para se moverem pelos rios, caçar para se alimentar, se guiar usando marcos naturais e rastrear os inimigos, como se fosse caçadores. Seu comandante, Rogers, escreveu um “catecismo”, de 28 regras para seus soldados, deixando claro desde o início que estavam sujeitos às “regras e artigos da guerra”, não

sendo, portanto irregulares. Ordenava que fosse feita uma chamada diária, os soldados devendo se apresentar com sessenta cartuchos em suas patronas. Este é um detalhe interessante, pois na época, se achava que em uma batalha um soldado poderia disparar poucas vezes, a cartucheira padrão usada podendo receber apenas de dezoito a 29 projéteis, de forma que se achava que as tropas de Rogers teriam que ficar em operações por mais tempo, não dependendo de colunas de suprimentos.

As normas de Rogers são uma lista muito longa para tratarmos aqui, incluindo alguns artigos de relevância atual, como a que determinava o avanço com um espaçamento entre os homens em marcha, para evitar baixas por fogo inimigo – uma coisa que era contrária à forma de combater normal da época– e a determinação que os soldados deviam operar dispersos e que não deveriam se expor ao fogo inimigo. As regras favoreciam, também, o combate e movimentos noturnos, para não ser descoberto pelos inimigos,



exatamente o contrário do que recomendava Frederico da Prússia no mesmo período. Outras normas são específicas à situação daquele século, apesar de ainda terem alguma relevância na atualidade, como a ordem de não disparar suas armas até estar bem próximo do inimigo, usando terçados (sabres curtos) e machadinhas, para ter mais efeito moral sobre o inimigo.

Apesar dos *Rogers Rangers* terem sido dissolvidos no final da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), sua forma de combater teria uma grande influência. Nos Estados Unidos, quando o país ficou independente, o congresso autorizou a formação de dez companhias de infantaria ligeira, *riflemen*, homens equipados com armas raiadas. Um processo que foi copiado pelos ingleses em suas tropas ligeiras, que também usavam uniformes verdes, para melhor se ocultar no terreno. Mais tarde, no século XIX, os Estados Unidos ainda criariam outras unidades de *Rangers*, inclusive forças paramilitares, como os *Texas Rangers*, famosos por causa dos

filmes de *cowboys*, mas que tiveram o papel de uma tropa real, encarregada de patrulhas e combate aos indígenas, além de outras atividades de tropas ligeiras na Guerra de Independência do Texas (1835-1836), contra os mexicanos.

Do ponto de vista do presente artigo, gostaríamos de apontar que, quando os Estados Unidos precisaram criar suas primeiras forças de operações especiais na 2ª Guerra Mundial, eles se lembraram das unidades de Rogers e do catecismo dele,¹¹ batizando seus batalhões de operações especiais de *Rangers*, por causa do espírito que tinha levado ao seu surgimento no século XVIII, de operações fora dos padrões do exército regular. Os *Rangers* até hoje são uma unidade do exército regular, o 75º Regimento de Infantaria.

Como tributo aos seus antepassados, os modernos *Rangers* americanos ainda mantêm as 28 regras introduzidas por Roger em 1756, somente atualizadas para as circunstâncias atuais. Isso é uma ideia que faz sentido para o espírito das forças especiais que, como o



nome indica, têm a função de serem empregadas em operações que fogem à normalidade das forças “regulares”, tal como era o caso dos *Rogers Rangers* e de outras unidades de infantaria ligeira do século XVIII.

AS TROPAS LIGEIRAS NO BRASIL

Como dissemos, o movimento para a criação de unidades ligeiras teve por base tropas levantadas em regiões periféricas, onde as condições de combate em linha não eram ideais. Essa falta de condições refletia a situação do Brasil no período colonial e aqui surgiu um tipo um tipo semelhante de tropa ligeira, no século XVIII. Alguns precursores já tinham existido antes: na 1ª metade do século XVII, já tinham sido feito experimentos com a ideia de forças ligeiras, mas não se pode dizer que isso tenha levado ao surgimento de um tipo específico de unidade.

Os bandeirantes paulistas, que são famosos por operarem de forma

irregular, “fora da linha”, não eram parte do esquema militar governamental, a não ser nos casos em que as tropas de linha falhavam, como ocorreu na destruição do Quilombo dos Palmares ou na supressão dos indígenas do nordeste, na Guerra do Açu.¹² Deve-se dizer que, em oposição ao que a imaginação popular faz crer, os “terços” (regimentos) de indígenas de Felipe Camarão e de Negros de Henrique Dias não eram forças irregulares, de guerrilha. Pelo contrário, por causa de sua longa experiência de combate eram unidades que formavam o centro da linha de batalha, não tendo muita relação com o conceito de infantaria ligeira. Os dois terços eram formados por mosqueteiros,¹³ soldados que eram considerados como “de elite,” portando o pesado mosquete, pesando até 11 kg e que necessitava de um suporte para poder ser disparado.

Entretanto, as forças de Henrique Dias e Felipe não eram iguais aos soldados europeus ou mesmo às outras tropas luso-brasileiras do período. Os homens



das duas unidades, por causa de sua grande experiência em combate – ficaram mobilizados por todo o período dos 24 anos de guerra (1630 a 1654) e, por não serem compostos de soldados recrutados à força, tinham uma capacidade de ação independente que lhes dava uma grande vantagem sobre as rígidas formações holandesas.¹⁴ Estas eram compostas por mercenários alistados por apenas três anos e constantemente substituídas por soldados vindos da Europa, não podendo ter a mesma adaptação à situação do Brasil do que os nativos da terra. De qualquer forma, findo o conflito com os holandeses, as experiências locais do exército português com forças não regulares acabaram.

No século XVIII a necessidade de tropas que podiam operar fora das rígidas formações lineares surgiu novamente no Brasil. Em alguns lugares, especialmente inóspitos e distantes, o governo colonial reconheceu que as tropas regulares, “de linha”, não eram as mais adequadas: o vice-rei do Brasil, ao tratar da necessidade de

criar uma cidade fortificada em Mato Grosso do Sul, Iguatemi, recomendava que não fossem enviadas tropas do exército, para não criar receios nos espanhóis do Paraguai e,

além disso, me parece, que esta tropa [de linha] não será a V.^a de nenhuma utilidade, primeiramente porque esta tropa não é a própria para a guerra que se deve fazer naquele Continente, onde só a tropa ligeira de pé, e a cavalo, é que poderá ali ser a mais útil, e em segundo lugar porque não sendo esta tropa formada por homens sertanistas, acostumados a duros trabalhos dos matos e sertões, a maior parte deles ficará pelo caminho, já uns mortos, outros doentes e estropiados as marchas serão infinitamente retardas, e ultimamente com a diminuição de toda aquela gente, não chegará o número que se precisa (...), julgo que 800 destes homens [forças ligeiras] serão mais úteis para por em prática o projeto de V.^a, que 3.000 de outra qualquer tropa.¹⁵

Assim, foram criadas unidades especializadas que, ao contrário dos



Rangers norte americanos, milicianos, aqui eram forças do exército regular. Na maior parte do território, do Pará ao Mato Grosso, foram as Companhias de Pedestres, em São Paulo (incluindo o Paraná), Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram levantadas tropas de “Aventureiros”, infantaria, ou de cavalaria ligeira – uma das unidades criadas no atual estado do Paraná, foi o Regimento de Hussardos de Curitiba, mobilizado em 1766¹⁶ como um tributo aos famosos cavalarianos húngaros, ao mesmo tempo em que se reconhecia seu papel como cavalaria ligeira.

No Rio Grande do Sul, os regimentos de milícias levantados no período das guerras com os espanhóis foram todos de cavalaria ligeira, armados com lanças, um equipamento com que estavam acostumados. Em 1770, foi criada uma tropa de linha, a *Legião de Cavalaria Ligeira*, unidade que foi um marco de mudança na forma de pensar da administração portuguesa do Brasil. Até ela, as poucas unidades de cavalaria existentes no País eram de *dragões*,

originalmente uma força de infantaria montada, que usava cavalos inferiores, de um tipo mais barato e mais fácil de achar no País, além de ser um tipo de unidade mais apropriada para funções de polícia. Entretanto, na guerra dos Pampas a cavalaria ligeira era, de longe, mais adequada, o que foi reconhecido naquele ano.

Mesmo a infantaria, que normalmente não é associada às campanhas do Sul, se aproveitava dos soldados ligeiros. Em uma carta para o governador de São Paulo, de 1775, durante o ápice das guerras no Sul, o vice-rei, marquês do Lavradio, dizia que sem o socorro de tropas de São Paulo, “principalmente a dos voluntários [ligeiros] será impossível que o general em chefe daquele Exército [no Rio Grande do Sul] possa empreender nenhuma das ações que lhe tenho ordenado”, Lavradio continuando, determinando que os voluntários, tropa ligeira, deviam seguir, mesmo sem estarem plenamente organizados e não terem os recursos necessários para uma força de linha, pois “esta



qualidade de gente e aquela tropa tira as suas maiores vantagens da própria irregularidade”, os exploradores de São Paulo, os bandeirantes do passado, “nunca foram vestidos regularmente; eram armados a sua fantasia; alguns iam calçados; a maior parte descalços; as selas de seus cavalos eram uns couros; assim atravessando os pântanos, os rios; subiam e desciam as serras, atacavam os inimigos e se faziam formidáveis.” O vice-rei fazendo um grande elogio a este tipo de força, complementando: “Sempre que estes homens foram chamados ao Rio Grande nas Companhias Aventureiras, iam quase em igual desordem; assim trabalhavam; e alguma coisa que por lá se fez boa, quase sempre se lhe deveu a eles”.¹⁷ A própria falta de meios logísticos mais complexos era uma vantagem, como escreveu o marquês do Lavradio em outra carta ao governador de São Paulo:

os corpos ligeiros, é da sua instituição o atravessarem os matos, subirem e descerem serras e passarem por algum dos descômodos que se encontram

em caminhos semelhantes. A infantaria regular necessita de mais comodidades; e como esta deve acompanhar o parque [de artilharia] (...) é necessário que vá por caminhos menos dificultosos, e onde possa encontrar mais socorros para facilitar suas marchas.¹⁸

As forças ligeiras empregadas no Rio Grande do Sul, como os “Aventureiros”, eram compostas de voluntários, alistados para uma campanha, estando adiante de seu tempo, por não serem recrutados a força. Por outro lado, tinham um aspecto antiquado, de agirem em troca da possibilidade de obterem lucros com o saque de gêneros inimigos ou ganharem a posse de terras conquistadas. De qualquer forma, uma das ações mais notáveis da cavalaria nacional surgiu da ação de um ex-desertor do Regimento de Dragões do Rio Pardo, José Borges do Canto, que em 1801 formou, voluntariamente, um pequeno esquadrão de cavalaria ligeira de quarenta homens e foi atacar as missões espanholas na parte ocidental do Rio Grande do Sul. Usando táticas de movimento



rápido, diversões e, principalmente, grande ousadia e coragem, conseguiu capturar as principais forças inimigas na Região – 150 soldados espanhóis, um grande número de índios e dez canhões, só na missão de São Miguel.¹⁹ As ações de Borges do Canto resultaram na incorporação de terras equivalentes a 40% do atual território do Rio Grande do Sul.

OS PEDESTRES

Outro tipo de tropa ligeira foi criado para operações em áreas extremamente inóspitas para a época foram os *Pedestres*. Inicialmente em Goiás (1739) e Mato Grosso (1749), elas viriam a ter um grande desenvolvimento no final do Período Colonial, havendo companhias deles em Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás (que incluía a atual Tocantins), Mato Grosso (a área correspondente aos atuais estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia), Maranhão (incluindo o Piauí) e

Pará, que no século XVIII englobava todos os outros estados da região Norte: Pará, Amazonas, Amapá e Roraima, em alguns locais as companhias tendo efetivos consideráveis, quase de um batalhão: em 1800, eram 400 deles no Espírito Santo,²⁰ em 1829, havia 386 deles no Mato Grosso.²¹

Os soldados dessas companhias não tinham uma aparência muito militar, por exemplo, os de Mato Grosso e Goiás não recebiam sapatos no período colonial, andando descalços, pois esse era o costume dos sertanejos de então. Quando os Aventureiros de São Paulo foram formados, o governador explicava que estava ia “formar algumas companhias de Aventureiros Caçadores, tiradas de homens pedestres fortes, e que assim mesmo descalços vão fazer a guerra, dando-se-lhes só uns calções e véstias muito curtas, a que eles chamam *Jalecos*”.²² Não que isso fosse importante. Ao contrário das tropas de linha, que tinham que tentar impressionar o inimigo no campo de batalha, combatendo com seus



vistosos e coloridos uniformes de gala, os Pedestres, sendo tropas ligeiras, deviam operar ocultos no campo e uma roupa mais discreta e prática era mais adequada.

Nessa linha, a ideia dos Pedestres era de um soldado mais flexível e adaptável do que o das unidades regulares. Isso porque tinham que atuar como os outros soldados normais quando isso fosse necessário. Só que, muito além dos conhecimentos dos soldados de linha, tinham que fazer patrulhas, agir como correios, fazer profundas penetrações de reconhecimento em território hostil e atuar contra incursões de forças irregulares, como indígenas e quilombolas, rastreando-as e perseguindo-as. Tudo isso no cerrado, selvas amazônicas e pântanos mato-grossenses, áreas que são muito inóspitas para aqueles que não conhecem as exigências da vida nessas áreas, isso até os dias de hoje.

Além do que foi dito, tinham que operar em destacamentos pequenos, muitas vezes a dezenas – ou centenas – de quilômetros dos

centros administrativos, com homens que não podiam ser compelidos ao serviço. Tinham que ser independentes, com grande iniciativa para resolver problemas imediatos, não podendo esperar por ordens, que podiam levar dias ou mesmo semanas para chegar. O governo tinha que ter plena confiança neles e em suas ações, ao contrário do que acontecia com as tropas de linha de então.

A formação destes homens não podia se resumir a marchar, ter coragem e disparar em cadência. Tinham que ter pontaria: não era possível um sistema de suprimentos que os abastecesse em longas missões nos sertões, longe de qualquer habitação. Eram obrigados eles mesmos a se suprir, recolhendo alimentos da terra e usando suas armas para a caça. Isso implica que sua pontaria tinha que ser melhor do que a dos recrutas normais, que muitas vezes nunca disparavam suas armas.

Para o Brasil, a formação dos Pedestres era muito exigente: quando a companhia de Pedestres do Mato Grosso foi criada o



governador, Rolim de Moura, pessoalmente selecionou o pessoal para a unidade, escolhendo apenas os melhores e exigindo “que os soldados soubessem nadar, pilotar canoas, atirar bem, guiar-se na selva, rastrear e perseguir na selva e no pântano”.²³ Ainda assim, eram soldados menos dispendiosos baratos do que a tropa regular da capitania, soldados de cavalaria, Dragões, vindos de Portugal: os homens da capitania recebiam apenas a metade do soldo dos cavalarianos e não recebiam cavalos. Também não usavam uniformes, vestindo os trajes típicos da região, uma calça curta, presa nos joelhos, e uma camisa, roupas mais próprias e confortáveis do que os uniformes de lã, compostos de casaca, colete e camisa, como os usados pelos Dragões.

Há uma descrição de sua atuação no Mato Grosso poucos anos depois da criação da unidade, na qual o governador elogia a tropa, dizendo que eram “todos mulatos, os quais servem com utilidade tanto no rio como na terra”, ou seja, sabiam operar as canoas usadas na

navegação fluvial, sendo igualmente “bons nadadores e acostumados com o sertão, nada lhes serve de embaraço”. O governador ainda elogiando sua pontaria e a rapidez de seus deslocamentos em longas distâncias, maiores mesmos do que a cavalaria de Dragões da capitania: os Pedestres andam mais rápido [do que os Dragões], pois não se preocupam com a alimentação e condução de mantimentos, carregando sua alimentação, um pouco de farinha, no alforje”²⁴ – quando em destacamento, o pessoal deles recebia munição extra para poder caçar.

Uma vantagem adicional era resultado de outra exceção às normas do exército regular do período: nas forças regulares do Brasil Colonial, ao contrário das milícias, a tropa era totalmente segregada, não se recrutavam negros ou pardos para as fileiras, apesar dos indígenas serem aceitos. Mesmo nas milícias e ordenanças não se misturam as “raças”, havendo unidades só de negros (os Henriques) e outras de pardos. No



entanto, no Mato Grosso, os Pedestres foram compostos pelo melhor pessoal disponível, fossem eles negros, mulatos, *caiborés* (mestiços de índios e negros), índios e brancos nativos. Como um fator positivo adiciona, por causa da origem local dos homens, esses eram mais resistentes às doenças tropicais do que os soldados não aclimatizados, vindos de Portugal. O importante, no caso, é que o acesso às fileiras baseava-se no mérito e não em critérios arbitrários, como a cor da pele.

As descrições acima, no tocante aos uniformes – ou a falta deles – podem dar a ideia de uma tropa desleixada, que não passaria confiança na sua habilidade para enfrentar soldados regulares, em campo aberto. Na verdade, isso era uma visão comum em todo mundo na época, onde os oficiais das tropas regulares viam com certo desprezo os irregulares, o serviço neles não sendo considerados como uma opção de carreira.²⁵ No entanto, como vimos para o Rio Grande do Sul, eram tropas que, operando nas condições apropriadas, podiam ser



Soldado do Regimento de Dragões do Rio Grande

altamente efetivas. Também não se deve imaginar que não tinham condições de enfrentar tropas regulares no seu meio – é claro que tropas ligeiras, de qualquer tipo, em campo aberto, não teriam condições de enfrentar uma cavalaria pesada sem o apoio de infantaria de linha, pois não eram adequados ao combate de choque. No entanto, a história do Brasil mostra algumas ações heroicas envolvendo infantaria ligeira, apesar do seu papel nelas não ser lembrado.

Na defesa do Forte de Coimbra em 1801, comandado por Ricardo



Franco, parte da guarnição era composta de Pedestres, o que ajuda a explicar a ativa defesa feita, com emboscadas, reconhecimentos de longa distância e outras atividades clássicas de infantaria ligeira. Isso é fascinante, considerando que estamos falando de um cerco, um tipo de ação onde há pouco espaço para ações desse tipo.

O cerco de Coimbra, contudo, não foi a única ação que os Pedestres de Mato Grosso participaram. Tão importante, apesar de totalmente relegado pela historiografia nacional foram as duas resistências feitas no forte da Conceição. Em 1763, no final da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), os espanhóis da Bolívia tinham intimado os portugueses a abandonar a posição fortificada no atual estado de Rondônia, o que interromperia as comunicações da capitania com o Pará. Para garantir essa via, o governador Rolim de Moura tinha construído uma paliçada, o forte de Nossa Senhora da Conceição, à cerca de quatro quilômetros ao norte do local onde seria, depois, construído o forte

Príncipe da Beira. Para guarnecer a fortificação, o governador, Rolim de Moura, tinha aumentado o efetivo dos Pedestres e criado uma companhia de Aventureiros, seguindo ele mesmo para o forte da Conceição com esses reforços.

Em abril, uma força de 1.200 espanhóis estabeleceu uma fortificação no Rio Itomanas, na Bolívia, próximo da posição portuguesa. Rolim de Moura enviando seus homens para inquietá-los e para capturar prisioneiros, para obter informações sobre o inimigo, uma medida que foi de fundamental importância. Com base nas informações obtidas, e com reforços vindos de Cuiabá – soldados de ordenanças (milícias), escravos armados e índios, que fizeram sua força chegar a 800 homens –, Rolim de Moura passou ao contra-ataque. Enviou três destacamentos contra os espanhóis, um deles anfíbio, movendo-se em canoas e, apesar da grande inferioridade numérica, de preparo e de armamento – os escravos estavam armados com lanças – duas das colunas foram bem sucedidas, a



terceira, que desobedeceu as ordens e fez um ataque direto isolado contra a fortificação inimiga, foi repelida. Mesmo assim, a ação luso-brasileira teve grande efeito, causando temor nas forças inimigas, interrompendo a ofensiva espanhola.

Um segundo ataque ocorreu três anos depois. Sabendo da possibilidade do início de hostilidades sem aviso, o governador tinha tomado medidas, preparando sua pequena “flotilha” de canoas armadas, enviando patrulhas para reconhecerem as terras espanholas e montando postos de vigilância na fronteira. Medidas que foram insuficientes: o forte no Guaporé, que tinha sido reconstruído em pedra e rebatizado como “Bragança”, tinha uma guarnição de apenas cem homens do Mato Grosso e outros cem vindos do Pará. Mas os espanhóis enviaram uma grande expedição com 4.200 homens, tendo, inclusive, peças de artilharia de calibre mediano, quatro canhões de 8 libras e outros quatro de 6 libras, enquanto a defesa só podia contar

com pequenas bocas de fogo. Apesar da grande superioridade numérica espanhola, o ataque não se concretizou, pois a região, muito sujeita a doenças tropicais, cobrou um pesado tributo em vidas aos soldados que tinham vindo dos Andes, a força espanhola sendo obrigada a desistir de seu intento.²⁶

Nesses dois ataques, as capacidades dos Pedestres foram de fundamental importância para manter a posse de Rondônia e do Mato Grosso como um todo, por causa da questão de comunicações com o Pará. Seu papel em reconhecimentos, na operação das canoas armadas e na inquietação ao adversário marcam características dos soldados que têm que operar na Selva, até os dias de hoje.

OS PEDESTRES NO SÉCULO XIX

Com o fim das operações militares contra os Espanhóis a partir de 1777, a história dos Pedestres não acabou, apesar das unidades de “Aventureiros” terem



sido dissolvidas, por não terem utilidade em tempo de paz. Isso não era o caso dos Pedestres, pois eles eram usados em patrulhas, policiamento e funções de correio, pois os únicos serviços públicos do tipo eram mantidos pelos militares. Mais importante, a tropa era necessária para a proteção de comunidades e vias de comunicação ameaçadas por ataques de indígenas.

No Espírito Santo, onde havia um “corpo” (batalhão reduzido) de Pedestres, chegou a ser necessária, em 1817, a construção de uma trincheira com seis quilômetros de comprimento em Linhares, “cobrindo assim as plantações dos habitantes”.²⁷

A proteção das povoações contra ataques indígenas também foi a razão da manutenção dessas tropas em outros locais. De fato, essa era uma função considerada tão importante, que quando houve a drástica redução dos efetivos do Exército na Regência, na ordem de 60% da força existente, a lei que fixava as forças de terra abria uma única exceção, esta para as unidades

de Pedestres do Espírito Santo e de Mato Grosso: era autorizado que seu efetivo fosse aumentado, se isso fosse considerado necessário.²⁸

No entanto, por essa época, os exércitos tinham passado por uma transformação na Revolução Francesa (1789). Como os franceses: como os soldados lutavam por um ideal, ao contrário do que acontecia antes, a percepção da necessidade de se manter um rígido controle sobre as tropas, além da própria visão social sobre eles mudou. Os homens agora eram *cidadãos* e não apenas servos da nobreza e podiam ter iniciativa própria, pois defendiam não uma classe que não era a sua, mas a *pátria*, de todos.

Considerando essas mudanças, os soldados da Revolução e, depois, os Napoleônicos, eram treinados para, além de seu papel, *na linha*, operar relativamente isolados, como infantaria ligeira. A tática francesa do período se aproveitaria disso, com suas linhas de batalha sendo precedidas por atiradores dispersos, que usavam suas armas de fogo para cobrir os movimentos



das tropas principais e tentavam desorganizar os oponentes com o tiroteio, permitindo um assalto. O uso dessas formações já fora feito na França eles desde meados do século XVIII, só que a Revolução marcou uma mudança marcante, por se ter passado a usar soldados regulares também para essa função, estes sendo treinados para combater em linha e em atiradores, o que antes era uma especialidade das tropas ligeiras. Algo que seria a marca das tropas do século XIX até os dias de hoje.

O procedimento dos franceses foi copiado por todos os países. Vários mantiveram unidades regulares de infantaria ligeira, como os *Jägers* (caçadores) do exército prussiano, os *Riflemen* ingleses ou os *Chasseurs* (caçadores) franceses, só que essas forças eram de soldados treinados para combater em ordem aberta e, ao mesmo tempo, em linha.

Portugal, ao contrário das potências europeias, tinha ignorado a experiência adquirida nos sertões do Brasil, não criando unidades específicas de caçadores até bem

tarde, mas foi obrigado a adotá-las com a invasão francesa de 1808.²⁹ Neste caso, contudo, a base da reorganização não foi a da experiência nas Américas, copiaram os modelos ingleses, pois estes foram responsáveis pela reestruturação de sua força militar. Assim, foram criadas unidades específicas de *Caçadores*.

Os Caçadores luso-brasileiros seguiam o padrão britânico, de infantaria ligeira regular, os homens sendo armados com fuzis raiados e operando em linha e de forma dispersa. Para isso, exigia-se deles uma instrução muito mais completa do que a antiga infantaria regular, além de um grau muito maior de iniciativa pessoal dos soldados. Sem a supervisão direta e imediata de oficiais e graduados, tinham que escolher seus alvos, movimentar-se em campo aberto aproveitando a cobertura do terreno e saber o momento em que teriam que se recolher às linhas de batalha, para evitar o ataque de uma formação inimiga, especialmente de cavalaria. Eram características que o preconceito da nobreza do período



moderno (1452-1789) negava que as pessoas comuns poderiam ter, o que provou ser incorreto pela ação da infantaria ligeira de vários países.

No Brasil, com a Independência, se considerou que as tropas ligeiras eram as mais adequadas para o serviço no Brasil: em 1824, os antigos regimentos de infantaria das capitanias foram todos transformados em batalhões de caçadores, sendo mantidas apenas três unidades de infantaria pesada, os granadeiros, mas isso apenas até 1831. Toda a cavalaria também foi convertida em unidades ligeiras.

No entanto, mesmo com a reforma de 1824, foram mantidas unidades de Pedestres, que passaram a ser classificadas como “fora da linha”. Isso não significava que não eram tropas regulares, eram parte do exército permanente, apenas que não eram consideradas como sendo capazes de formar parte da “linha de batalha” em um combate, sua função sendo mais policial. Isso, junto com a introdução das unidades de

caçadores, mostra uma importante mudança na forma de pensar do exército brasileiro de então: os caçadores eram unidades muito mais versáteis, sendo capazes, de forma geral, de exercer as funções dos antigos Pedestres e, ao mesmo tempo, tomar parte em um combate regular, em campo aberto contra outras unidades de infantaria e, principalmente, cavalaria.

É verdade que havia dúvidas sobre a plena capacidade dos caçadores para todas as funções de infantaria da época, assim como outros problemas. Por exemplo, o fuzil raiado que lhes era fornecido era extremamente caro. Uma solução para isso ocorreu em 1842, quando foram recriadas as unidades de infantaria regular, fuzileiros, os caçadores recebendo o mesmo armamento que eles, com pequenas diferenças: seus fuzis tinham os canos oxidados em negro, para não refletirem luz, os caçadores não recebiam *terçados*, sabres curtos destinados ao combate corpo a corpo, seus uniformes eram verdes e usavam correias de couro preto, ao



invés de branco, para poderem se mimetizar melhor no campo.

Por essa época, os Pedestres já eram bem diferentes do padrão antigo. Em 1839 as antigas unidades tinham sido rebatizadas como *caçadores de montanha*, um nome copiado de uma tropa de infantaria ligeira criada por Napoleão para operar nos Pirineus, mas que no Brasil não tinham treinamento de tropas de montanha. Eram os antigos Pedestres e voltariam a receber esse nome três anos depois. Além da mudança de nome, as unidades tinham se tornado mais semelhantes às do exército como um todo. Nas discussões do parlamento de 1841 que levaram à criação de unidades de fuzileiros e ao retorno dos Pedestres no exército no ano seguinte,³⁰ o ministro da guerra colocou a respeito deles:

Todos sabem que esses antigos corpos de pedestres e divisões do Rio Doce [Pedestres do Espírito Santo] eram destinados para andarem pelos matos propriamente ocupados de embaraçar as invasões dos

índios, em prenderem pretos fugidos, e mesmo em abrir certas picadas pelos matos; e eram armados com a propriedade conveniente para tais serviços: andavam descalços, traziam uma jaqueta e uma espingarda, qualquer que fosse, boa para dar fogo, e um terçado [sabre curto]; o que se fez, porém, com a mudança? Deu-se-lhes uma organização perfeitamente militar; hoje, andam calçados, tem fardamento, correame, armamento, e tudo o mais que é próprio de soldados de linha; e como é que, assim armada e vestida, pode esta gente entrar nos matos para fazer o serviço que dela se exige?³¹

Mesmo assim, as unidades de Pedestres continuariam a existir, convivendo com os caçadores, mas com funções diferentes. Atuavam mais como polícia – de fato, a força policial no Rio de Janeiro era chamada de Pedestres, apesar de não ser parte do exército. O equipamento dado aos soldados ligeiros sendo mais adequado para essa função de polícia do que para o combate regular: cada homem recebia uma clavina (espingarda



curta), do tipo usado pela cavalaria, sendo mais manejável no mato. Só que esta, ao contrário das armas distribuídas à cavalaria, tinha uma baioneta. Também recebiam uma pistola e uma espada, apesar desta não estar prevista na lei³² e de ser armamento um pouco exótico para um homem a pé. Talvez a espada fosse usada como um facão de mato, apesar de não ser adequada para isso.

Por um decreto de 1851 a força de Pedestres alcançou seu maior efetivo no Império,³³ eles numerando 1.040 praças, 6% do efetivo do exército em 1855, distribuídos em onze companhias. Esse efetivo era, contudo, menor do que o existente no final do Período Colonial e a manutenção dessas forças, em meados do século XIX, já era um anacronismo: suas funções, de policiamento, poderiam – e deveriam – ser exercidas por policiais.

Em 1855, o ministro da Guerra, general Bellegarde, fez uma séria crítica aos Pedestres, colocando que os oficiais não queriam servir nessas unidades, de

forma que apenas “inferiores que não nutrem esperanças de acessos nas fileiras do exército propriamente de linha, ou por paisanos faltos das precisas habilitações”, procurassem esses comandos. Os oficiais regulares que de fato serviam nelas sofriam em suas habilidades, pois “a especialidade do serviço faz esquecer todos os hábitos da vida militar, onde as privações são superiores às porque passa na generalidade das guarnições”. Como os oficiais de Pedestres, sendo fora da linha e não pertencendo aos quadros do exército regular, não tinham sua carreira garantida, havia problemas destes em assegurarem sua vida após saírem da tropa. O ministro chegou a colocar isso como um problema, pois “neste intento os meios ilícitos nem sempre são desprezados”.³⁴ O fato é que, em 1860 os Pedestres foram extintos³⁵ e transformados em corpos de guarnição, fixos. Com estes, o Exército continuou a exercer funções de polícia até o final do Império.



A GUIA DE CONCLUSÃO

Hoje em dia os Pedestres são apenas uma nota de pé de página na nossa história militar – e esse é o motivo do presente artigo. Para as forças armadas, o culto da história é importante, não como uma curiosidade, mas tendo em vista a motivação para o combate. A tradição e o exemplo de nossos antepassados ajuda a formar o espírito de corpo, algo que é reconhecido, através do uso de uniformes históricos, nomes de unidades homenageando heróis do passado, cerimônias em datas relevantes ou o uso de símbolos, como a *bomba* da artilharia, uma munição que não se emprega há mais de 120 anos, mas que ficou na memória da corporação.

Como todos os exércitos, o dos Estados Unidos reconheceu isso, batizando uma das suas unidades de operações especiais de *Rangers*, em homenagem ao papel desempenhado por eles há duzentos anos. O Brasil, por sua vez, teve uma força em tudo semelhante aos *Rangers*, os Pedestres, com uma

gloriosa história de lutas, mas estes caíram no esquecimento: um dicionário militar recente sequer reconhece seu papel como força do exército, dizendo que este era um nome de “certos corpos de milícias”.³⁶

Para nós, a questão que se coloca, portanto, não é uma de fazer uma homenagem específica a este tipo de tropa – talvez isso não caiba, já que os Pedestres foram usados como força policial na repressão aos indígenas, tal como os *Rangers*, diga-se de passagem. Só que esta é uma atividade que hoje, talvez, pode ser vista como “politicamente incorreta”. O ponto que queríamos chamar a atenção é que o Exército Brasileiro tem uma história riquíssima e variada, mas que não é conhecida, nem mesmo pela própria força – há vários, milhares, de livros, tratando da história operacional da Força, mas muito pouco foi escrito sobre a história da sua organização, o que tem que ser feito, assim que possível.



BIBLIOGRAFIA

ANAIS do Senado do Império do Brasil, tomo I. Brasília: Senado Federal, 1978. Sessão de 4 de agosto de 1841.

BRASIL. Repartição do Ajudante Geral. Mapa demonstrativo das alterações ocorridas no pessoal do Exército. Barão de Suruí, 27 de abril de 1858. BRASIL – Ministério da Guerra. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1858.

_____. Relatório da repartição dos negócios da guerra apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da nona legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Pedro d'Alcântara Bellegarde. Rio de Janeiro: Laemmert, 1855.

_____. Decreto nº 214, de 20 de Agosto de 1842. *Aprova o plano da organização da força fora da linha*.

_____. Decreto nº 782, de 19 de Abril de 1851. *Aprova o Plano da organização do Exército em circunstâncias ordinárias*.

_____. Decreto nº 2.662, de 6 de outubro de 1860. *Aprova o plano da organização dos Corpos de Guarnição do Exercício*.

_____. Lei de 24 de novembro de 1830. *Fixa as forças de terra para o ano financeiro de 1831-1832*.

_____. Arsenal de Guerra. *Minuta de ofício do vice-diretor do Arsenal de Guerra da Corte, Francisco Soares da Silva, em 24 de janeiro de 1850, perguntando sobre armamento enviado para os Pedestres de Goiás*. Mss Arquivo Nacional.

CÂMARA, João Pedro da. Governador de Mato Grosso. *Mapa militar que compreende o estado atual das tropas que guarnecem a capitania geral do Mato Grosso e Cuiabá no ano de 1769*. Mss IHGB.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Armas das Guerras Holandesas. Revista do Exército Brasileiro*, edição especial, 1998.

CHILDS, John, *Armies and warfare in Europe: 1648-1789*. New York: Holmes and Meier, 1982.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do*



Brasil : 1630-1648. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. pp. 49 e 160. E SANTIAGO, Diogo Lopes de. *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, Herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra por (...)*. Recife, FUNDARPE, 1984.

COFFMAN, Edward M. *The old Army: a portrait of the American Army in peacetime: 1784-1898*. Oxford: Oxford University press, 1988.

COGGINS, Jack. *Arms and equipment of the civil war*. Garden City: Doubleday, 1962.

CORRÊA Filho. Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

DOCUMENTOS relativos incorporação do território das missões ao domínio português no ano de 1801.

Ofício Do tenente coronel Patrício ao General Governador. 1 de setembro de 1801. *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, nº 1. Porto Alegre: A Federação, 1921

DUFFY, Christopher. *The army of Frederick the Great*. Chicago: Emperor's press, 1996.

HOMEM, Francisco de Barros Moraes Araújo Teixeira. Ajudante do Regimento de Infantaria de Chaves. *Breve instrução militar sobre a infantaria dedicada ao Ilustre e excelente senhor D. Luiz da Cunha Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra*. Parte I. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1761.

MARTELO, David. *Os caçadores: os galos de combate do Exército de Wellington*. Lisboa: Tribuna da História, 2007.

¹ HOMEM, Francisco de Barros Moraes Araújo Teixeira. Ajudante do Regimento de Infantaria de Chaves. *Breve instrução militar sobre a infantaria dedicada ao Ilustre e excelente senhor D. Luiz da Cunha Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra*. Parte

I. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1761. p. 78.

² COGGINS, Jack. *Arms and equipment of the civil war*. Garden City: Doubleday, 1962. p. 29.



³ VOLTAIRE. *Histoire de la guerre de mil sept cent quarante & un*. Seconde partie. Londres: Jean Nourse. 1756. p. 300

⁴ HOMEM, *op. cit.* p. 125-126.

⁵ THE KING of Prussia's Military Instruction to his Generals. <https://goo.gl/bl6hYH>. Acesso em setembro de 2016.

⁶ CHILDS, John, *Armies and warfare in Europe: 1648-1789*. New York: Holmes and Meier, 1982. p. 71.

⁷ COFFMAN, Edward M. *The old Army: a portrait of the American Army in peacetime: 1784-1898*. Oxford: Oxford University press, 1988. p. 193.

⁸ BRASIL – Repartição do Ajudante Geral. Mapa demonstrativo das alterações ocorridas no pessoal do Exército. Barão de Suruí, 27 de abril de 1858. BRASIL – Ministério da Guerra. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1858.

⁹ DUFFY, Christopher. *The army of Frederick the Great*. Chicago: Emperor's press, 1996. p. 131

¹⁰ ZABOLY, Gary. *American colonial Ranger: the Northern Colonies, 1724-64*. New York: Osprey, 2004. p. 6 e segs.

¹¹ WIKIPEDIA, Robert Rogers' 28 "Rules of Ranging". goo.gl/ftwdeq. Acesso em: setembro de 2016.

¹² Sobre esse assunto, ver: PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.

¹³ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil : 1630-1648*. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. pp. 49 e 160. E SANTIAGO, Diogo Lopes de. *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, Herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra por (...)*. Recife, FUNDARPE, 1984. p. 381.

¹⁴ Ver: CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Armas das Guerras Holandesas. Revista do Exército Brasileiro*, edição especial, 1998.

¹⁵ CARTA do marques do Lavradio ao governador de São Paulo, sobre assuntos de defesa. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1772. *DOCUMENTOS Interessantes*. Vol. IX, Iguatemi. São Paulo: Industrial de São Paulo, 1895. p. 110.

¹⁶ CARTA do Governador de São Paulo, Luís Antônio de Souza, ao vice-rei do Brasil, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as unidades criadas na Capitania. São Paulo, 13 de novembro de 1767. *DOCUMENTOS Interessantes*.



Vol. XIX. São Paulo: Companhia Industrial de São Paulo, 1896. p. 87.

¹⁷ CARTA do vice-rei, Marques do Lavradio a Martim Lopes do Lobo de Saldanha, governador de São Paulo. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1775. DOCUMENTOS Interessantes. Vol. XVII. São Paulo: Tipografia Paulista, 1895. pp. 44-45.

¹⁸ CARTA do vice-rei, Marques do Lavradio a Martim Lopes do Lobo de Saldanha, governador de São Paulo. Rio de Janeiro, 27 de maio de 1775. DOCUMENTOS Interessantes. Vol. XVII, *op. cit.* p. 15.

¹⁹ DOCUMENTOS relativos incorporação do território das missões ao domínio português no ano de 1801. Ofício Do tenente coronel Patrício ao General Governador. 1 de setembro de 1801. *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, nº 1. Porto Alegre: A Federação, 1921. p. 36.

²⁰ OFÍCIO do Governador da Capitania do Espírito Santo, Antônio Pires da Silva Pontes Pais Leme e Camargo, ao Secretario de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares informando do estado das fortificações e do parque de artilharia para a sua defesa. Vitória, 8 de novembro de 1800. Mss Arquivo Ultramarino.

²¹ DOCUMENTOS com que instruiu o seu relatório à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil o Ministro Secretario de Estado dos Negócios da Fazenda, e Presidente do Tesouro Nacional, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, na sessão de 1829. Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Nacional, 1829. p. 447.

²² CARTA do governador de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao ministro Martinho de Melo e Castro, São Paulo, 14 de abril de 1777. *Documentos interessantes*. Vol. XXVIII. São Paulo: Andrade Mello & C., 1898. p. 336.

²³ CÂMARA, João Pedro da. Governador de Mato Grosso. *Mapa militar que compreende o estado atual das tropas que guarnecem a capitania geral do Mato Grosso e Cuiabá no ano de 1769*. Mss IHGB.

²⁴ *Ibid.*

²⁵ DUFFY, *op. cit.* p. 133.

²⁶ CORRÊA Filho. Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969. p. 370 e segs.

²⁷ MEMÓRIAS para servir à história até ao ano de 1817 e breve notícia estatística da capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil. IN: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, nº 7. Março de 1933. Vitória: Vida Capixaba, 1933. p. 111.



²⁸ BRASIL – Lei de 24 de novembro de 1830. *Fixa as forças de terra para o ano financeiro de 1831-1832*. Artigo 3º.

²⁹ MARTELO, David. *Os caçadores: os galos de combate do Exército de Wellington*. Lisboa: Tribuna da História, 2007. pp. 11 e segs.

³⁰ BRASIL – Decreto nº 214, de 20 de Agosto de 1842. *Aprova o plano da organização da força fora da linha*.

³¹ ANAIS do Senado do Império do Brasil, tomo I. Brasília: Senado Federal, 1978. Sessão de 4 de agosto de 1841, p. 64.

³² BRASIL – Arsenal de Guerra. *Minuta de ofício do vice-diretor do Arsenal de Guerra da Corte, Francisco Soares da Silva, em 24 de janeiro de 1850, perguntando sobre armamento enviado*

para os Pedestres de Goiás. Mss Arquivo Nacional.

³³ BRASIL – Decreto nº 782, de 19 de Abril de 1851. *Aprova o Plano da organização do Exército em circunstâncias ordinárias*.

³⁴ BRASIL – Relatório da repartição dos negócios da guerra apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da nona legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Pedro d’Alcântara Bellegarde. Rio de Janeiro: Laemmert, 1855. p. 9.

³⁵ BRASIL – Decreto nº 2.662, de 6 de Outubro de 1860. *Aprova o plano da organização dos Corpos de Guarnição do Exército*.

³⁶ BIBLIEX - BIBLIOTECA DO EXÉRCITO. *Dicionário militar brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2005. p. 672.